



215
34
/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo: Nº. 192899-4/01

Agravante: Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco – AMEPE

Agravado: Guilherme Aristóteles Uchôa Cavalcanti Pessoa de Melo e Outro

Relator: Des. Eduardo Sertório

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL. APELAÇÃO CÍVEL. ESTATUTO DO IDOSO. PLANOS DE SAÚDE. REAJUSTE DE MENSALIDADES EM RAZÃO DE MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. VEDAÇÃO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

- 5718
- 215
1. Veda-se a discriminação do idoso em razão da idade, nos termos do art. 15, § 3º, do Estatuto do Idoso, o que impede especificamente o reajuste das mensalidades dos planos de saúde que se derem por mudança de faixa etária.
 2. Os pactos relativos a planos de saúde caracterizam-se por serem de trato sucessivo, sendo renovado periodicamente, a ponto de permitir a incidência da legislação reguladora dos Planos de Saúde e do Estatuto Protetivo do Idoso, ainda que firmados anteriormente à vigência dessas normas.
 3. Desse modo, o consumidor que atingiu a idade de 60 anos, quer seja antes da vigência do Estatuto do Idoso, quer seja a partir de sua vigência (1º de janeiro de 2004), está sempre amparado contra a abusividade de reajustes das mensalidades, com base exclusivamente no alçar da idade de 60 anos, pela própria proteção oferecida pela Lei dos Planos de Saúde. Precedentes do STJ.
 4. Ademais, no caso em análise, não constam dos instrumentos de regulamentação do plano de saúde dos agravados (Estatuto da AMEPE e Regulamento da CAMPE) os parâmetros utilizados para o reajuste decorrente de mudança de idade, ou seja, os percentuais de aumentos para cada faixa etária, nos termos do *caput* do artigo 15, da Lei nº 9.656/98, tendo a AMEPE violado, por conseguinte, o disposto em tal artigo, ao majorar em 85,22% a contribuição mensal dos segurados para o plano de saúde.
 5. Agravo legal a que se nega provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Agravo Nº 192899-4/01, em que figuram, como Agravante, Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco – AMEPE e, como Agravados, Guilherme Aristóteles Uchôa Cavalcanti Pessoa de Melo e Outro, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao Agravo, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife, 20.01.16


EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator



216
35

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo: Nº. 192899-4/01

Agravante: Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco - AMEPE

Agravado: Guilherme Aristóteles Uchôa Cavalcanti Pessoa de Melo e Outro
Relator: Des. Eduardo Sertório

RELATÓRIO

Cuido de recurso de agravo (fls. 02/17) interposto pela Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco - AMEPE, diante de decisão monocrática (fls. 233/235) que deu provimento ao recurso de apelação contra ela interposto, nos autos da Ação de Obrigação de Não Fazer c/c Repetição de Indébito com Pedido de Antecipação de Tutela.

Na decisão terminativa de fls. 233/235, à apelação foi dado provimento, por a sentença estar em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Em face de tal decisão, foi interposto o presente recurso de agravo, pela AMEPE, defendendo, em síntese, a legalidade da majoração da contribuição mensal do plano de saúde - Caixa de Assistência dos Magistrados de Pernambuco (CAMPE), em razão da mudança de faixa etária.

Ao final, requer seja exercido o juízo de retratação por esta relatoria, reformando sua decisão, caso contrário, sejam os autos apresentados em mesa, para proferimento de decisão colegiada, dando-se provimento ao presente recurso.

É o relatório.

Recife, 20.05.10
f. *Eduardo Sertório*
EDUARDO SERTÓRIO
DESEMBARGADOR RELATOR



217
36

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

Agravo: Nº. 192899-4/01

Agravante: Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco - AMEPE

Agravado: Guilherme Aristóteles Uchôa Cavalcanti Pessoa de Melo e Outro
Relator: Des. Eduardo Sertório

VOTO

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

A presente demanda pretende a não aplicação de reajuste nas parcelas mensais do plano de saúde dos agravados, por fundamento em mudança de faixa etária, e a repetição dos valores pagos com a indevida majoração.

Julgada improcedente a ação pelo juízo *a quo* e interposto recurso de apelação pelos recorridos, esta relatoria entendeu pelo provimento do aludido recurso, monocraticamente, em decorrência de estar a sentença em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, haja vista a ilegalidade da atitude alvitada pela recorrente, majorando a contribuição das parcelas do plano de saúde dos autores, por motivo de aumento da idade (60 anos).

É contra a referida decisão terminativa que a agravante interpõe o presente recurso, defendendo, em síntese, a legalidade da majoração da contribuição mensal do plano de saúde - Caixa de Assistência dos Magistrados de Pernambuco (CAMPE), em razão da mudança de faixa etária.

Logo, vislumbro serem as razões do presente recurso semelhantes àquelas lançadas no bojo das contrarrazões apresentadas ao recurso de apelação. Logo, não merecem prosperar.

Primeiramente, a agravante defende a legalidade do reajuste, sob o argumento de que, à época da referida majoração, os agravados não contavam com mais de 60 anos, pois aquele ocorreu no exato dia do natalício da passagem da faixa etária dos 59 anos para os 60 anos; bem como a Lei dos Planos de Saúde nº 9.656/98, em seu art. 15, apenas veda o reajuste para consumidores que contam mais de 60 anos.

A atitude da AMEPE se configura numa verdadeira tentativa de burlar as leis, tanto a Lei nº 10.741/03 - Estatuto do Idoso, quanto a Lei nº 9.656/98 - Lei dos Planos de Saúde - que vedam a prática em evidência, por promover majoração da contribuição mensal do idoso, em percentual elevado.

Ora, se a partir dos 60 anos não é legal o reajuste das parcelas mensais do plano de saúde, não pode a agravante, no exato dia da

passagem dos 59 anos para os 60 anos, fazer o referido reajuste, sob o argumento de não contarem ainda com MAIS de 60 anos.

Tal prática se afigura absurda e abusiva. Sobre tal questão, reitero os termos da decisão agravada:

Em sequência, informa que o aumento na contribuição ocorre no último dia dos 59 (cinquenta e nove) anos de idade do segurado, portanto antes de completar a idade com majoração vedada.

Não entendo plausível a formulação adotada pela AMEPE, por estar em confronto com a legislação e jurisprudência sobre a questão.

Promover uma considerável elevação percentual no plano do segurado, de modo a onerá-lo em 85,22%, um dia antes de completar 60 (sessenta) anos de idade não se afigura como um procedimento legítimo.

A proteção conferida ao idoso, notadamente com a vigência da lei 10.741/03 – Estatuto do Idoso, não permite a prática em evidência por promover majoração de sua contribuição mensal em percentual elevado. Cito o § 3º do artigo 15 da referida lei:

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

Sendo considerável legítimo promover uma elevação percentual na prestação do segurado um dia antes ao implemento de 60 anos se estaria esvaziando os preceitos legais que protegem a condição do idoso, na medida em que já estaria consolidada uma condição desfavorável antes de fazer jus aos benefícios legais.

Assim, a incidência de reajustes excessivos na contribuição dos segurados, com base na mudança de faixa etária, fere tanto o equilíbrio contratual, a ponto de comprometer a permanência do contrato, quanto a legislação consumerista que proíbe práticas tendentes a causar desvantagem excessiva ao consumidor.

Ademais, a jurisprudência do STJ já firmou posicionamento, no sentido de serem ilegais os reajustes das contribuições mensais do plano de saúde, quando do implemento da idade que confere à pessoa a condição jurídica de idosa. Ou seja, no dia da passagem dos 59 para os 60 anos, é ilegal qualquer reajuste incidente sobre as mensalidades do plano de saúde, *in verbis*:

Direito civil e processual civil. Recurso especial. Ação revisional de contrato de plano de saúde. **Reajuste em decorrência de mudança de faixa etária. Estatuto do Idoso. Vedada a discriminação em razão da idade.**

- O Estatuto do Idoso veda a discriminação da pessoa idosa com a cobrança de valores diferenciados em razão da idade (art. 15, § 3º).

- Se o implemento da idade, que confere à pessoa a condição jurídica de idosa, realizou-se sob a égide do Estatuto do Idoso, não estará o consumidor usuário do plano de saúde sujeito ao reajuste estipulado no contrato, por mudança de faixa etária.(...)

219
37

- Enquanto o contratante não atinge o patamar etário preestabelecido, os efeitos da cláusula permanecem condicionados a evento futuro e incerto, não se caracterizando o ato jurídico perfeito, tampouco se configurando o direito adquirido da empresa seguradora, qual seja, de receber os valores de acordo com o reajuste predefinido.

- Apenas como reforço argumentativo, porquanto não prequestionada a matéria jurídica, ressalte-se que o art. 15 da Lei n.º 9.656/98 faculta a variação das contraprestações pecuniárias estabelecidas nos contratos de planos de saúde em razão da idade do consumidor, desde que estejam previstas no contrato inicial as faixas etárias e os percentuais de reajuste incidentes em cada uma delas, conforme normas expedidas pela ANS. No entanto, o próprio parágrafo único do aludido dispositivo legal veda tal variação para consumidores com idade superior a 60 anos.

- E mesmo para os contratos celebrados anteriormente à vigência da Lei n.º 9.656/98, qualquer variação na contraprestação pecuniária para consumidores com mais de 60 anos de idade está sujeita à autorização prévia da ANS (art. 35-E da Lei n.º 9.656/98).

- **Sob tal encadeamento lógico, o consumidor que atingiu a idade de 60 anos, quer seja antes da vigência do Estatuto do Idoso, quer seja a partir de sua vigência (1º de janeiro de 2004), está sempre amparado contra a abusividade de reajustes das mensalidades com base exclusivamente no alçar da idade de 60 anos, pela própria proteção oferecida pela Lei dos Planos de Saúde e, ainda, por efeito reflexo da Constituição Federal que estabelece norma de defesa do idoso no art. 230.**

- A abusividade na variação das contraprestações pecuniárias deverá ser aferida em cada caso concreto, diante dos elementos que o Tribunal de origem dispuser.

- Por fim, destaque-se que não se está aqui alçando o idoso a condição que o coloque à margem do sistema privado de planos de assistência à saúde, porquanto estará ele sujeito a todo o regramento emanado em lei e decorrente das estipulações em contratos que entabular, ressalvada a constatação de abusividade que, como em qualquer contrato de consumo que busca primordialmente o equilíbrio entre as partes, restará afastada por norma de ordem pública.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 809.329/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/03/2008, DJe 11/04/2008)¹(grifos)

E mais:

Direito civil e processual civil. Estatuto do Idoso. Planos de Saúde. Reajuste de mensalidades em razão de mudança de faixa etária. Vedação.

- O plano de assistência à saúde é contrato de trato sucessivo, por prazo indeterminado, a envolver transferência onerosa de riscos, que possam afetar futuramente a saúde do consumidor e seus dependentes, mediante a prestação de serviços de assistência médico-ambulatorial e hospitalar, diretamente ou por meio de rede credenciada, ou ainda pelo simples reembolso das despesas.

- Como característica principal, sobressai o fato de envolver execução periódica ou continuada, por se tratar de contrato de fazer de longa

¹No mesmo sentido: REsp 989.380/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/11/2008, DJe 20/11/2008.

duração, que se prolonga no tempo; os direitos e obrigações dele decorrentes são exercidos por tempo indeterminado e sucessivamente.

- Ao firmar contrato de plano de saúde, o consumidor tem como objetivo primordial a garantia de que, no futuro, quando ele e sua família necessitarem, obterá a cobertura nos termos em contratada.

- O interesse social que subjaz do Estatuto do Idoso, exige sua incidência aos contratos de trato sucessivo, assim considerados os planos de saúde, ainda que firmados anteriormente à vigência do Estatuto Protetivo.

- Deve ser declarada a abusividade e conseqüente nulidade de cláusula contratual que prevê reajuste de mensalidade de plano de saúde calcada exclusivamente na mudança de faixa etária – de 60 e 70 anos respectivamente, no percentual de 100% e 200%, ambas inseridas no âmbito de proteção do Estatuto do Idoso.

- Veda-se a discriminação do idoso em razão da idade, nos termos do art. 15, § 3º, do Estatuto do Idoso, o que impede especificamente o reajuste das mensalidades dos planos de saúde que se derem por mudança de faixa etária; tal vedação não envolve, portanto, os demais reajustes permitidos em lei, os quais ficam garantidos às empresas prestadoras de planos de saúde, sempre ressalvada a abusividade.

Recurso especial conhecido e provido.

(REsp 989.380/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/11/2008, DJe 20/11/2008)²(grifos)

O argumento da AMEPE de não se aplicar ao caso o Estatuto do Idoso, porque quando da formação do vínculo contratual ele ainda não estava em vigor, também não merece prosperar, visto terem os segurados atingido a idade de 60 anos sob a égide daquele, devendo suas disposições serem aplicadas ao caso em apreço, consoante se infere do trecho da decisão terminativa:

Ademais, consoante tratado nos julgados transcritos do STJ, os pactos relativos a planos de saúde caracterizam-se por serem de trato sucessivo, sendo renovado periodicamente, a ponto de permitir a incidência da legislação reguladora dos planos de saúde e do Estatuto Protetivo do Idoso, ainda que firmados anteriormente à vigência dessas normas.

Por fim, sustenta, ainda, a legalidade do reajuste de 85,22% da contribuição mensal dos agravados, para a CAMPE, com base no art. 15, *caput*, da Lei nº 9.656/98, o qual dispõe: "A variação das contraprestações pecuniárias estabelecidas nos contratos de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em razão da idade do consumidor, somente poderá ocorrer caso estejam previstas no contrato inicial as faixas etárias e os percentuais de reajustes incidentes em cada uma delas, conforme critérios e parâmetros gerais fixados pelo CNSP." Ou seja, a AMEPE afirma ser legal tal majoração, pois foi contratualmente prevista, como determina o artigo supracitado.

²No mesmo sentido: AgRg no REsp 707.286/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2009, DJe 18/12/2009.

222
38/

A bem da verdade, igualmente não há plausibilidade para os argumentos da agravante.

Sobre esta questão, reitero todos os argumentos por mim utilizados na decisão de fls. 233/235, a saber:

No caso em análise verifico não constar dos instrumentos de regulamentação do plano de saúde dos apelantes (Estatuto da AMEPE - fls. 58/71 e 75/85, e Regulamento da CAMPE - fls. 86/95) os parâmetros utilizados para o reajuste decorrente de mudança de faixa etária, ou seja, os percentuais de aumentos para cada faixa etária, nos termos do *caput* do já citado artigo 15 da lei dos planos de saúde.

Dessa forma, além de faltar com o dever de informação e transparência inerente a boa-fé objetiva dos contratos, infringindo o artigo 6º, inciso III do CDC³, ficou ao inteiro poder unilateral do segurador definir a variação dos valores das mensalidades em detrimento do consumidor, em confronto ao disposto no artigo 51, inciso X do CDC⁴.

Assim, contrariamente ao afirmado pela agravante, ainda que fosse legal a majoração da contribuição para o plano em razão da mudança de idade dos agravados, não há, nos instrumentos de regulação do plano de saúde, os parâmetros utilizados para o reajuste decorrente de mudança de faixa etária, ou seja, os percentuais de aumentos para cada faixa etária, violando, assim, o disposto no *caput* do já citado artigo 15, da lei dos planos de saúde.

Portanto, considero ilegal o reajuste aplicado, não merecendo prosperar nenhum dos argumentos da AMEPE.

Em face do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso de agravo, mantendo a decisão monocrática.

É o voto.

Recife, 10.01.10


EDUARDO SERTÓRIO
Desembargador Relator

³ Art. 6º São direitos básicos do consumidor: III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm

⁴ Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: X - permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral (grifos); Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm